

ESP-UNIV.EST.PTA, JULIO MESQUITA FILHO

Termo de Referência 679/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
679/2024	102301-ESP-UNIV.EST.PTA, JULIO MESQUITA FILHO	LEUDYS LOBAINA RODRIGUEZ	15/09/2025 15:50 (v 3.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		1540/2025-RUNESP

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de SEGURO PREDIAL E PATRIMONIAL, contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos (vendaval, alagamento/inundação, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil) para os bens móveis e imóvel, para os prédios sob responsabilidade da Reitoria:

- 1.1.1 - Sede da Reitoria - End.: Rua Quirino de Andrade, 215, Centro, São Paulo, SP.
- 1.1.2 - Editora Unesp - End.: Praça da Sé Nº 108, Centro, São Paulo, SP
- 1.1.3 - Cevap - End.: Rua Doutor Jose Barbosa de Barros Nº 1780 - Jardim Paraíso - Botucatu, SP
- 1.1.4 - Radio Unesp - End.: Av. Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14 - Nucleo Residencial Presidente Geisel - Bauru, SP
- 1.1.5 - Fabrica de Medicamentos - End.: Rodovia Alcides Soares S/N - Vitoriana - Portaria 2 - Fazenda Experimental Lageado - Botucatu, SP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MÉDIO
1	Seguro Predial	13943	serviço	R\$ 95.928,99

- 1.2 O objeto desta contratação tem a natureza de serviço comum de seguro predial.
- 1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da emissão da apólice na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação do Seguro Compreensivo Empresarial é justificada pela imperativa necessidade de proteção do patrimônio da UNESP. Em conformidade com a responsabilidade na administração dos recursos públicos e a indispensável gestão de riscos, a cobertura securitária visa salvaguardar os bens da instituição contra uma variedade de eventos danosos.

Os principais motivos para esta contratação são:

- **Proteção Patrimonial:** Garantir a segurança dos edifícios e instalações da UNESP situados em São Paulo, Botucatu e Bauru contra diversos riscos que podem comprometer sua integridade física e operacional.
- **Mitigação de Perdas Financeiras:** Minimizar o impacto de eventuais sinistros, que poderiam gerar perdas financeiras significativas, afetando o orçamento e a capacidade de investimento da universidade.
- **Continuidade das Atividades:** Assegurar que, em caso de sinistros, as atividades acadêmicas e administrativas da UNESP possam ter sua continuidade garantida ou restabelecida de forma eficiente, evitando interrupções prolongadas que prejudicariam a comunidade universitária e a prestação de serviços públicos de educação e pesquisa.
- **Preservação dos Bens Públicos:** Cumprir o dever de zelar pelos bens públicos, garantindo que o patrimônio da UNESP, que é um ativo da sociedade, esteja devidamente protegido e possa servir às futuras gerações.

A presente contratação será rigorosamente regida pela **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos), além de demais legislações pertinentes, assegurando a legalidade, a transparência e a eficiência do processo.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.

A solução a ser contratada envolve a prestação de serviços de seguro predial e patrimonial que, além de ser uma proteção financeira, é um componente essencial para a continuidade, segurança e sucesso das operações da UNESP.

3.1. Justificativas Detalhadas e Soluções Proporcionadas pelo Seguro

A contratação do seguro compreensivo empresarial oferece as seguintes justificativas e soluções:

Proteção do Patrimônio Público: A infraestrutura valiosa da UNESP (edifícios, laboratórios, equipamentos, mobiliário) requer proteção para evitar perdas financeiras significativas em caso de sinistros como incêndios, inundações ou vandalismo.

- **Continuidade das Atividades Acadêmicas e Administrativas:** O seguro predial garante a rápida recuperação e reparação de instalações danificadas, minimizando interrupções e assegurando o funcionamento contínuo da universidade.
- **Mitigação de Riscos e Incertezas:** O seguro oferece uma rede de segurança contra a imprevisibilidade de eventos adversos, fundamental para a boa governança e gestão responsável dos recursos públicos.
- **Responsabilidade Civil:** A cobertura de responsabilidade civil protege a UNESP contra reivindicações de terceiros por danos materiais ou pessoais ocorridos em suas dependências, salvaguardando-a de litígios e custos associados.
- **Valorização do Investimento em Pesquisa e Tecnologia:** Com ativos de alta tecnologia, como os do CEVAP e da Fábrica de Medicamentos, o seguro assegura que a reposição ou reparo de recursos danificados ocorra sem onerar o orçamento da universidade.
- **Reparação e Reposição Ágil:** Permite a recuperação rápida dos bens danificados, reduzindo o tempo de inatividade e os custos de recuperação.
- **Planejamento Financeiro:** Proporciona segurança financeira, protegendo contra despesas imprevistas decorrentes de danos materiais.

- **Segurança Jurídica:** Protege a universidade contra possíveis ações legais decorrentes de acidentes em suas instalações.
- **Confiança para Expansão e Inovação:** Permite que a UNESP expanda suas instalações e invista em novas tecnologias e projetos com confiança, ciente de que seus ativos estão seguros.

3.2. Sistemas de Proteção e Prevenção de Sinistros

Para fins de avaliação de riscos pelas seguradoras, informa-se que os locais segurados da UNESP possuem os seguintes sistemas de proteção e prevenção de sinistros:

Vigilância 24 horas

- Sistemas de proteção eletrônicos
- Sistemas de proteção contra incêndio
- Proteção contra raios – SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas)
- Sistema de estabilização de rede elétrica

3.3. Demandas de Cobertura por Endereço

A demanda do órgão baseia-se nas seguintes características de coberturas, Limites Máximos de Indenização (LMI) e franquias para cada endereço, que foram definidos com base na avaliação de risco e nas características específicas de cada unidade:

End.: Rua Quirino de Andrade Nº 215, Centro, São Paulo

Tipos de cobertura	Limite Máximo de Indenização	Franquia
Incêndio, queda de raio, explosão	R\$ 15.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos Elétricos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Tumultos	R\$ 300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Responsabilidade Civil	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Quebra de vidros	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00
Equipamentos estacionários	R\$ 2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Impacto de veículos externos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Vendaval, furacão, Ciclone, Granizo e tornado	R\$ 500.000,00	10 % dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamentos e enchentes	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 5.000,00

End.: Praça da Sé Nº 108, Centro, São Paulo

,

Tipos de cobertura	Limite Máximo de Indenização	Franquia
Incêndio, queda de raio, explosão	R\$ 12.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Tumultos	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Responsabilidades Civil	R\$ 800.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Quebra de vidros	R\$ 80.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00
Equipamentos estacionários	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Impacto de veículos externos	R\$ 300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Vendaval, furacão, Ciclone, Granizo e tornado	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamentos e enchentes	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 5.000,00

End.: Rua Doutor Jose Barbosa de Barros Nº 1780 - Jardim Paraíso - Botucatu SP

Tipos de cobertura	Limite Máximo de Indenização	Franquia
Incêndio, queda de raio, explosão	R\$ 10.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Tumultos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de vidros	R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00
Responsabilidade Civil	R\$ 500.000,00	110% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Equipamentos estacionários	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Impacto de veículos externos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Vendaval, furacão, Ciclone, Granizo e tornado	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00

Alagamentos e enchentes	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 5.000,00
-------------------------	----------------	---

End.: Av. Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Núcleo Residencial Presidente Geisel - Bauru

Tipos de cobertura	Limite Máximo de Indenização	Franquia
Incêndio, queda de raio, explosão	R\$ 6.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Tumultos	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo	R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de vidros	R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00
Responsabilidade Civil	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Equipamentos estacionários	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Impacto de veículos externos	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Vendaval, furacão, Ciclone, Granizo e tornado	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamentos e enchentes	R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 5.000,00

End.: Rodovia Alcides Soares S/N - Vitoriana - Portaria 2 - Fazenda Experimental Lageado - Botucatu

Tipos de cobertura	Limite Máximo de Indenização	Franquia
Incêndio, queda de raio, explosão	R\$ 10.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Tumultos	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de vidros	R\$ 50.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 400,00
Responsabilidade Civil	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Equipamentos estacionários	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00

Impacto de veículos externos	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Vendaval, furacão, Ciclone, Granizo e tornado	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamentos e enchentes	R\$ 100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 5.000,00

4. Requisitos da contratação

Os requisitos a seguir são indispensáveis para a contratação, garantindo a conformidade da apólice e a qualificação do prestador de serviços.

4.1. Condições da Apólice

A apólice de seguro patrimonial deve ser emitida em nome da **Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, contemplando todos os endereços especificados no Item 1.

A emissão da apólice, certificado ou endosso deverá ser realizada em até **15 (quinze) dias** contados a partir da data de assinatura do contrato.

A vigência da apólice de seguro é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua emissão, com possibilidade de renovação por iguais e sucessivos períodos até o limite legal estabelecido pela Lei Federal.

A apólice deverá conter, além das Condições Gerais, Especiais e, quando houver, Particulares, as seguintes informações:

- Identificação da seguradora, com CNPJ.
- Número do processo administrativo do CTI que identifica o plano comercializado.
- Datas de início e fim de vigência.
- Coberturas contratadas.
- Limite Máximo de Garantia da apólice e Limite Máximo de Indenização por cobertura.
- Valor à vista do prêmio e data limite para pagamento.
- Nome ou razão social do segurado e, quando aplicável, do beneficiário.
- Discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado.
- Prazo máximo de **30 (trinta) dias** para indenizações de sinistros, a contar da entrega da documentação completa.

4.2. Condições de Execução do Serviço

- O serviço deverá ser executado em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- É terminantemente vedado à Contratada utilizar, para benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações obtidas em razão da execução dos serviços, sem expressa autorização da Contratante, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- A Contratada será responsável por providenciar a regulação de sinistros comunicados pela Contratante e pelo pagamento das indenizações devidas.
- A Contratada deverá cumprir integralmente as condições da cobertura do seguro contratado, garantindo qualidade e presteza no atendimento, especialmente na regulação de sinistros.
- A empresa seguradora se obriga a prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante.

4.3. Requisitos Essenciais e Peculiaridades da Contratação

- Trata-se de um serviço **não-continuado**, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

- A contratação do seguro deve seguir as normas regulamentadoras expedidas pela **SUSEP – Superintendência de Seguros Privados**.
- O serviço deverá ser prestado por empresa especializada no ramo de seguro patrimonial, devidamente registrada na SUSEP.
- O adjudicatário deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- Não são aplicáveis critérios de sustentabilidade nesta contratação, uma vez que o objeto refere-se ao pagamento de indenizações por prejuízos decorrentes de riscos cobertos.

4.4. Subcontratação e Garantia da Contratação

- **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois o objeto é a contratação de serviços de seguro, e tal exigência constituiria um ônus injustificado para a Administração.

4.5. Vistoria

A realização de vistoria é **FACULTATIVA**. Empresas interessadas em participar do certame licitatório poderão realizar visita técnica nos edifícios indicados no Item 1.1.

- As visitas poderão ser realizadas no horário das **09:00h às 17:00h**, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante **PRÉVIO agendamento** via e-mail (saa.reitoria@unesp.br) ou telefone ((11) 5627 – 0386).

4.6. Reajuste

- Os preços pactuados serão **fixos e irrevogáveis** durante toda a vigência do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

O modelo de execução do objeto detalha as condições sob as quais o serviço de seguro será prestado e as responsabilidades inerentes a cada parte.

5.1. Condições de Execução Gerais

- As informações detalhadas sobre a hora e data de início e término de vigência da apólice serão fornecidas no momento do envio da Nota de Empenho, previamente à assinatura do contrato.
- O seguro abrangerá os riscos de incêndio, explosão e riscos diversos (vendaval, danos elétricos, alagamento e inundação, quebra de vidros e responsabilidade civil) para os bens móveis e imóveis, instalações, utensílios, materiais e mobiliários em estoque/uso, bem como equipamentos indispensáveis de qualquer natureza.
- Inclui também cobertura para Queda de raio dentro da área das edificações que cause qualquer dano aos bens segurados, onde estiverem localizados.
- A Contratada deverá disponibilizar uma **Central de Atendimento 24 horas** para casos de sinistro, fornecendo número de telefone e outros meios de contato, visando atendimento imediato e todas as providências necessárias.
- A execução dos serviços deverá estar em total conformidade com as normativas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- A Contratante se compromete a comunicar a ocorrência de acidentes à Contratada tão logo tome conhecimento, providenciando a documentação comprobatória do sinistro.

5.2. Informações Adicionais para o Dimensionamento das Propostas

- As instalações, bens, itens e seus respectivos valores segurados estão sujeitos a eventuais alterações decorrentes de novas aquisições, reformas, alterações de layout ou desfazimento durante o período de cobertura.

- Os imóveis segurados abrangem as instalações elétricas, hidráulicas e de combate a incêndio, tubulações, benfeitorias que integram a estrutura, bem como tudo o que compõe a construção (exceto fundações, alicerces e terreno) e seu conteúdo (maquinário, móveis, equipamentos).
- A ocupação do imóvel poderá ser modificada devido a remanejamentos no espaço físico, sem que isso implique mudanças nas descrições físicas do imóvel ou nos valores segurados, exceto se houver alteração substancial no risco.

5.3. Obrigações da Contratante (UNESP)

A UNESP, na qualidade de Contratante, assume as seguintes obrigações:

- Manter o edifício em condições adequadas de preservação e manutenção, assegurando permanentemente um bom estado de conservação.
- Manter os equipamentos elétricos com esquema permanente de manutenção e em bom estado de funcionamento e conservação.
- Manter o sistema hidráulico, especialmente o segmento destinado à prevenção e combate a incêndio, em bom estado de conservação e funcionamento.
- Manter os sistemas e equipamentos de prevenção e combate a incêndios (hidrantes, extintores e alarmes) em condições adequadas de manutenção e funcionamento.

5.4. Obrigações da Contratada (Empresa Seguradora)

A empresa contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:

- Não transferir a terceiros a prestação do serviço, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação à qual está obrigada.
- Conduzir os serviços em conformidade com as normas e a legislação vigente, e com as especificações do instrumento convocatório e deste Termo de Referência.
- Designar um profissional como ponto de contato (nome, telefone e e-mail) em até 10 (dez) dias após a publicação do resultado da licitação, para se reportar ao Fiscal do Contrato e responder pela execução.
- Responder integralmente pelos serviços executados, conforme o Termo de Referência e a legislação aplicável.
- Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- Cumprir as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

5.5. Acréscimos ou Supressões

- O quantitativo de equipamentos abrangidos pelas coberturas poderá ser objeto de acréscimos ou reduções a critério da Contratante, respeitando os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto no local da execução do objeto durante o período de execução dos trabalhos.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico - financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado.

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório após o faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá avaliar a execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.12.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos n

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.13. Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.14. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.27. Apresentação de documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, comprovando sua regularidade para operar no mercado de seguros do Brasil.

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.28. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.28.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.28.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.29. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

8.30. Tratando-se de consórcio:

8.30.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

8.30.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.30.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.30.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.31. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.31.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.31.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.6. A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sobas penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.31.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 95.928,99

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$95.928,99 (noventa e cinco mil, novecentos e vinte oito reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela conforme item 01. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.1.1. A divulgação do custo estimado poderá ocorrer após o encerramento da fase de lances, em ato público, quando as propostas permanecerem com preços acima dos de referência, de forma a tornar a fase de negociação de preços com os licitantes mais efetiva e evitar a ocorrência de tratamento não isonômico.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UNESP - Reitoria;

II) Fonte de Recursos: [PROPEG - TESOURO];

III) Programa de Trabalho: [12.122.4807.6351];

IV) Elemento de Despesa: [3.3.90.39.45].

10.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO TEIXEIRA DA CAMARA

Responsável



Assinou eletronicamente em 15/09/2025 às 15:45:45.

LEUDYS LOBAINA RODRIGUEZ

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/09/2025 às 15:50:35.